Central Eólica Cacimbas S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Central Eólica Cacimbas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Eólica Cacimbas S.A. ("Companhia"), compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Cacimbas S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 25 de abril de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

2022CB013663

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ N° 13.389.543/0001-94
NIRE N° 42 3 00042692
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC –88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Central Eólica Cacimbas S.A. (Cacimbas ou Companhia) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Eólica Cacimbas (Parque Eólico ou Usina), com potência instalada de 18,9 MW e capacidade comercial de 10,2 MW médio, em operação comercial desde janeiro de 2017. A Usina está localizada no município de Trairi, estado do Ceará (CE).

Cacimbas não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A., que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social de Cacimbas pertence à Energias Eólicas do Ceará S.A. (EEC), uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez é uma controlada da ENGIE Brasil Energia, uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta de Cacimbas alcançou 78,5 GWh, 7,5% superior à geração verificada em 2020, que foi de 73,0 GWh.

O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 85,8%, 9,0 p.p. inferior ao verificado em 2020, que foi de 94,8%.

5. Desempenho Econômico-financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Variação %
Receita operacional líquida	17.426	15.844	10,0
Lucro bruto	8.664	7.838	10,5
Margem bruta	49,7%	49,5%	0,2 p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	8.492	7.634	11,2
Ebitda (Lajida)	12.508	11.647	7,4
Margem Ebitda (Lajida)	71,8%	73,5%	(1,7) p.p.
Resultado financeiro	(4.454)	(4.266)	4,4
Lucro líquido do exercício	3.341	2.784	20,0

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

O aumento do EBITDA reflete substancialmente o aumento dos preços de energia ocorrido no ano de 2021. O lucro seguiu os mesmos efeitos, atenuado por uma maior despesa financeira.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração de Cacimbas agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021.

A Administração

CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.
CNPJ n° 13.389.543/0001-94 | NIRE n° 42 3 00042692
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.135	16.606
Contas a receber de clientes	5	2.982	4.841
Outros ativos circulantes		203	197
		12.320	**21.644**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	2.530	2.460
		2.530	**2.460**
Imobilizado	**7**	**82.451**	**86.056**
Intangível		**277**	**291**
Direito de uso de arrendamento	**11**	**2.437**	**2.648**
		87.695	**91.455**
TOTAL		**100.015**	**113.099**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.
CNPJ n° 13.389.543/0001-94 | NIRE n° 42 3 00042692
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	430	519
Financiamento	10	-	4.476
Ressarcimentos às distribuidoras	13	2.586	1.942
Arrendamentos a pagar	11	292	316
Dividendos	12	582	264
Outros passivos circulantes		303	213
		4.193	**7.730**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	10	-	49.285
Ressarcimentos às distribuidoras	13	6.398	4.013
Arrendamentos a pagar	11	2.400	2.524
Provisão para desmobilização	7	6.625	5.972
		15.423	**61.794**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12**		
Capital social		61.784	27.984
Reservas de lucros		18.615	15.591
		80.399	**43.575**
TOTAL		**100.015**	**113.099**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.
CNPJ n° 13.389.543/0001-94 | NIRE n° 42 3 00042692
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**13**	**17.426**	**15.844**
CUSTOS DA ENERGIA VENDIDA			
Depreciação e amortização	7/11	(4.016)	(4.013)
Serviços de terceiros		(2.597)	(2.240)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(650)	(606)
Energia elétrica comprada para revenda		(305)	(411)
Outros		(1.194)	(736)
		(8.762)	**(8.006)**
LUCRO BRUTO		**8.664**	**7.838**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(160)	(159)
Outras despesas operacionais, líquidas		(12)	(45)
		(172)	**(204)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**8.492**	**7.634**
Receitas (despesas) financeiras			
Renda de aplicações financeiras		403	254
Juros sobre depósitos vinculados		97	52
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(4.048)	(3.893)
Juros sobre arrendamentos	11	(273)	(278)
Juros sobre provisão para descomissionamento		(653)	(296)
Outras (despesas) receitas financeiras, líquidas		20	(105)
		(4.454)	**(4.266)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**4.038**	**3.368**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	14	(697)	(584)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**3.341**	**2.784**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**3.341**	**2.784**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**3.341**	**2.784**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.
CNPJ n° 13.389.543/0001-94 | NIRE n° 42 3 00042692
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PARIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2019		**27.984**	**722**	**12.349**	**-**	**41.055**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.784	2.784
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	139	-	(139)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(264)	(264)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	2.381	(2.381)	-
Saldos em 31.12.2020	**12**	**27.984**	**861**	**14.730**	**-**	**43.575**
Aumento de capital		33.800	-	-	-	33.800
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.341	3.341
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	167	-	(167)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(317)	(317)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	2.857	(2.857)	-
Saldos em 31.12.2021	**12**	**61.784**	**1.028**	**17.587**	**-**	**80.399**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.
CNPJ n° 13.389.543/0001-94 | NIRE n° 42 3 00042692
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**4.038**	**3.368**
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	4.016	4.013
Juros e variação monetária sobre financiamento	4.048	3.893
Juros sobre depósitos vinculados	(97)	(52)
Juros sobre arrendamentos	273	278
Juros sobre provisão para descomissionamento	653	296
Outros	(31)	49
Lucro antes dos tributos ajustado	**12.900**	**11.845**
Aumento nos ativos		
Contas a receber de clientes	1.890	188
Créditos fiscais a recuperar	(92)	136
Outros ativos	(4)	453
Aumento nos passivos		
Fornecedores	(90)	(399)
Ressarcimentos às distribuidoras	3.029	3.137
Outros passivos	99	(171)
Caixa gerado pelas operações	**17.732**	**15.189**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(613)	(634)
Pagamento de juros sobre financiamento	(2.069)	(1.910)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**15.050**	**12.645**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(296)	(38)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(296)**	**(38)**
Atividades de financiamento		
Financiamento pago	(55.740)	(2.103)
Aumento de capital	33.800	-
Dividendos pagos	-	(1.372)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	26	69
Arrendamentos pagos	(311)	(295)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(22.225)**	**(3.701)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(7.471)**	**8.906**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	16.606	7.700
Saldo final	9.135	16.606
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(7.471)**	**8.906**
Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa		
Fornecedores de imobilizado	-	1
Compensação de imposto de renda e contribuição social	92	60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA CACIMBAS S.A.
CNPJ n° 13.389.543/0001-94 | NIRE n° 42 3 00042692
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Cacimbas S.A. ("Cacimbas" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 11.03.2011, com prazo de duração indeterminado, e tem como objeto social gerar energia elétrica de fonte eólica, podendo negociar créditos de carbono decorrentes dessa atividade, e a participação em outras sociedades, sejam simples ou empresárias, como sócia, acionista ou em consórcios.

Em 21.12.2016, a Aneel autorizou a entrada em operação comercial da Central Eólica Cacimbas ("Usina"), localizada no município de Trairi (CE), com capacidade instalada de 18,9 MW e capacidade comercial de 10,2 MW médios.

A Cacimbas possui participação de 8,89% e 4,44% nos consórcios Trairí e Faísa-Trairí, respectivamente. O Consórcio Trairí construiu a subestação Trairí e as linhas de conexão das usinas à esta subestação. Já o Consórcio Faísa-Trairí foi o responsável pela construção das linhas de transmissão à subestação Pecém (CE).

A Companhia não tem empregados e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Sociedade. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) patrimônio líquido expressivo; (ii) forte geração de caixa operacional; e (iii) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, no período em que o imobilizado estava em construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamento

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

g) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação nos Consórcios Trairí e Faísa-Trairi são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

l) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição de vida útil do ativo imobilizado.

m) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n°17 17			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 18 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

n) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 19			
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC n° 50			
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	809	847
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	8.326	15.759
	9.135	**16.606**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Distribuidoras	2.909	2.791
Transações realizadas na CCEE	51	2.018
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda ("EBC")	22	32
	2.982	**4.841**

Os saldos a receber de distribuidoras são recebidos em parcelas iguais em 20, 30 e 45 dias do mês subsequente ao mês de suprimento, enquanto os valores faturados mensalmente à CCEE são recebidos em aproximadamente 45 dias. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2021, a Companhia mantinha R$ 2.530 (R$ 2.460 em 31.12.2020) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente. Com o pagamento antecipado do financiamento e a emissão do termo de quitação pelo BNDES em 29.12.2021, os depósitos relacionados ao contrato serão sacados no próximo exercício.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2021			31.12.2020
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	3,33%	3.307	(556)	2.751	2.863
Máquinas e equipamentos	3,81%	99.584	(20.114)	79.470	83.174
Outros	6,30%	1	-	1	-
		102.892	**(20.670)**	**82.222**	**86.037**
Em curso		**229**	**-**	**229**	**19**
		103.121	**(20.670)**	**82.451**	**86.056**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	**2.973**	**86.935**	**-**	**7**	**89.915**
Ingressos	-	-	-	37	37
Transferências	-	25	-	(25)	-
Depreciação	(110)	(3.786)	-	-	(3.896)
Saldos em 31.12.2020	**2.863**	**83.174**	**-**	**19**	**86.056**
Ingressos	-	-	-	310	310
Baixas	-	(13)	-	-	(13)
Transferências	-	99	1	(100)	-
Depreciação	(112)	(3.790)	-	-	(3.902)
Saldos em 31.12.2021	**2.751**	**79.470**	**1**	**229**	**82.451**

c) Provisão para desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2021 era de R$ 6.625 (R$ 5.972 em 31.12.2020).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora de autorização para exploração da Central Eólica Cacimbas pelo prazo de 30 anos, a contar da data de 21.12.2016.

NOTA 8 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	225	225
Fornecedores de materiais e serviços	126	214
Encargos de uso da rede elétrica	57	51
Energia elétrica comprada para revenda	22	29
	430	**519**

NOTA 9 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

b) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

c) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	8.326	15.759
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	809	847
Contas a receber de clientes	2.982	4.841
Depósitos vinculados	2.530	2.460
	14.647	**23.907**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Ressarcimentos às distribuidoras	8.984	5.955
Fornecedores	430	519
Financiamento	-	53.881
	9.414	**60.355**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10 - FINANCIAMENTO

a) Em julho de 2021, a Companhia realizou o pagamento antecipado do financiamento com o BNDES, no valor total de R$ 53.175, deste montante, R$ 52.237 referia-se a principal e R$ 937 a juros e comissões. O vencimento original era maio de 2033.

b) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	**4.174**	**49.707**	**53.881**
Juros e variação monetária	3.893	-	3.893
Transferências	422	(422)	-
Amortização do principal	(2.103)	-	(2.103)
Pagamento dos juros	(1.910)	-	(1.910)
Saldos em 31.12.2020	**4.476**	**49.285**	**53.761**
Juros e variação monetária	4.048	-	4.048
Transferências	49.285	(49.285)	-
Amortização do principal	(55.740)	-	(55.740)
Pagamento dos juros	(2.069)	-	(2.069)
Saldos em 31.12.2021	**-**	**-**	**-**

NOTA 11 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia identificou o contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado o seu parque eólico, cuja vigência é até 2047.

a) Direito de uso de arrendamento

Saldo em 31.12.2019	**2.750**
Depreciação	(102)
Saldo em 31.12.2020	**2.648**
Remensuração	(110)
Depreciação	(101)
Saldo em 31.12.2021	**2.437**

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	**311**	**2.546**	**2.857**
Juros	278	-	278
Transferência	22	(22)	-
Amortizações	(295)	-	(295)
Saldos em 31.12.2020	**316**	**2.524**	**2.840**
Remensuração	(24)	(86)	(110)
Juros	273	-	273
Transferência	38	(38)	-
Amortizações	(311)	-	(311)
Saldos em 31.12.2021	**292**	**2.400**	**2.692**

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,36% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	249
2024	225
2025	204
2026	185
2027	168
2028 a 2032	629
2033 a 2037	385
2038 a 2047	355
Arrendamentos a pagar	**2.400**

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Durante o ano de 2021, o capital social da Companhia aumentou em R$ 33.800, passando de R$ 27.984 em 31.12.2020 para R$ 61.784 em 31.12.2021, representado por 61.784.260 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 61.784.259 pertencem à controladora Energias Eólicas do Ceará S.A. ("EEC") e 1 pertence à ENGIE Brasil Energia S.A. A EEC é controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP"), que, por sua vez, é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reservas de lucros e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 10% do lucro líquido ajustado.

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento e fornecimento de energia elétrica	17.729	15.936
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda ("EBC")	287	94
Transações no mercado de curto prazo	70	413
	18.086	**16.443**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(660)	(599)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**17.426**	**15.844**

Em 2021, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R$ 2.918 (R$ 3.902 em 31.12.2020), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", a qual, em 31.12.2021, apresentava saldo de R$ 2.586 (R$ 1.942 em 31.12.2020) no passivo circulante e R$ 6.398 (R$ 1.905 em 31.12.2020) no passivo não circulante.

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	31.12.2021		31.12.2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita operacional bruta	18.086	18.086	16.443	16.443
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	**1.447**	**2.170**	**1.315**	**1.973**
Receita financeira	531	531	297	297
Outros	1	-	3	-
Base de cálculo	**1.979**	**2.701**	**1.615**	**2.270**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(495)**	**(243)**	**(404)**	**(204)**
Outros	17	-	-	-
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	**(454)**	**(243)**	**(380)**	**(204)**

NOTA 15 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de venda de energia elétrica

Em agosto de 2015, o Conjunto Eólico Trairí, ao qual a Companhia pertence, comercializou 46,0 MW no Leilão de Energia Nova promovido pela Aneel, ao preço médio de venda de R$ 188,45/MWh, pelo prazo de 20 anos. O início do suprimento da energia negociada no leilão ocorreu em 01.01.2019, após postergação de 1 ano solicitada pela Aneel através do Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD A-0) e de negociações bilaterais entre geradores e distribuidoras. O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, é de R$ 332.738 (R$ 337.342 em 31.12.2020).

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção de máquinas com a empresa GE Energias Renováveis Ltda. vigente até abril de 2027. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, é de R$ 11.120 (R$ 12.119 em 31.12.2020).

c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com vigência até a data de extinção da autorização da Usina ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2021, os compromissos futuros eram de R$ 14.971 (R$ 13.765 em 31.12.2020).

NOTA 16 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Trairi participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R$ 1.185.064 e R$ 201.681, respectivamente. A vigência do seguro vai até 31.05.2022.

NOTA 17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2014, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. Referido contrato foi renovado em 01.01.2019.

NOTA 18 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Com a emissão do termo de quitação emitido em 29.12.2021 pelo BNDES, referente ao financiamento quitado antecipadamente, a Companhia efetuou o saque das garantias, registrado na rubrica depósitos vinculados, em 18.02.2022.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da Central Eólica Cacimbas S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo e Financeiro

Sergio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
CRC RS-068193/O-2 T-SC